

A experiência dos MOOC, na extensão universitária da Universidade Aberta de Portugal

The experience of MOOC, in the university extension of the Open University in Portugal

La experiencia de MOOC, en la extensión universitaria de la Universidad Abierta en Portugal

Marco Almeida Luís¹

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
mpaluis@gmail.com

Resumo

Aborda-se a relevância dos MOOC, do inglês *Massive Open Online Course* – em português COMA: Curso Online Massivo e Aberto – na extensão universitária, da Universidade Aberta (Univ-Ab) de Portugal. Esta instituição de ensino superior público, fundada em 1988, assenta o seu modelo de ensino-aprendizagem na modalidade à distância, possuindo alunos nos cinco continentes, em três níveis de estudos: licenciatura, mestrado e doutoramento. Apesar de a sua sede se localizar em Lisboa, a instituição possui, actualmente, dezanove Centros Locais de Aprendizagem (CLA), sendo dezoito deles espalhados pelo território português (catorze em Portugal continental e quatro nas ilhas adjacentes: três no arquipélago dos Açores e um na Ilha da Madeira) e, ainda, um outro na capital de Moçambique: Maputo. Os CLA são, como o próprio nome indica, núcleos locais de apoio ao ensino ministrado pela Univ-Ab, especialmente vocacionados à promoção de actividades de aprendizagem ao longo da vida, os quais resultam da criação de parcerias com a sociedade civil, procurando assim o desenvolvimento de intervenções sócio-culturais e educativas, enquadradas nas dinâmicas territoriais locais, de acordo com as especificidades da respectiva área de influência. Um outro importante desiderato diz respeito à interpretação e comunicação das necessidades formativas e culturais, das áreas de abrangência dos CLA, pois os MOOC permitem aferir e realizar uma pré-abordagem aos cursos superiores da Univ-Ab, constituindo-se então como uma ferramenta de aprendizagem formal, após a sua creditação e que, em alguns casos, evolui para a frequência de um nível de estudos superior.

Palavras-chave: MOOC, ensino à distância, Universidade Aberta.

Abstract

The relevance of the MOOC is discussed (Massive and Open Online Course) in the university extension, from the Universidade Aberta (Univ-Ab, Open University) of Portugal. This public higher education institution, founded in 1988, is based on its model of teaching and learning in the distance modality, having students in five continents, in

¹ Mestre em Ciências Documentais. Investigador integrado no Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória (CITCEM).

three levels of studies: undergraduate, master's and doctorate. Although its headquarters are located in Lisbon, the institution currently has nineteen Local Learning Centers (CLAs, in portuguese), eighteen of which are located in portuguese territory (fourteen in mainland Portugal and four in the adjacent islands: three in the Azores and one in the Madeira Island), as well as another one in the Mozambican capital: Maputo. The CLAs are, as its name suggests, local support centers for teaching taught by Univ-Ab, especially aimed at promoting which result from the creation of partnerships with civil society, thus seeking the development of socio-cultural and educational interventions, framed in the local territorial dynamics, according to the specificities of the respective area of influence. Another important aim is the interpretation and communication of the training and cultural needs of the areas covered by the CLAs, since the MOOCs allow us to assess and perform a pre-approach to the higher courses of Univ-Ab, and is therefore a tool of formal learning, after its accreditation, and which, in some cases, progresses to the frequency of a higher education level.

Key words: MOOC, learning distance, Universidade Aberta.

Resumen

Aborda la relevancia de los MOOC, del Curso en línea abierto masivo de inglés - en portugués COMA: Curso en línea abierto y masivo - en extensión universitaria, de la Universidad abierta (Univ-Ab) de Portugal. Esta institución pública de educación superior, fundada en 1988, basa su modelo de enseñanza-aprendizaje en la educación a distancia, con estudiantes en los cinco continentes, en tres niveles de estudio: licenciatura, maestría y doctorado. Aunque su sede se encuentra en Lisboa, la institución cuenta actualmente con diecinueve centros locales de aprendizaje (CLA), dieciocho de los cuales se extienden por territorio portugués (catorce en el continente de Portugal y cuatro en las islas adyacentes: tres en el archipiélago de las Azores y uno Madeira) y otro más en la capital de Mozambique: Maputo. Los CLA son, como su nombre lo indica, centros locales para apoyar la enseñanza proporcionada por Univ-Ab, especialmente dedicados a la promoción de actividades de aprendizaje permanente, que resultan de la creación de asociaciones con la sociedad civil, buscando así la desarrollo de intervenciones socioculturales y educativas, enmarcadas en la dinámica territorial local, de acuerdo con las especificidades del área de influencia respectiva. Otro objetivo importante se refiere a la interpretación y comunicación de la formación y las necesidades culturales, de las áreas cubiertas por el CLA, ya que los MOOC permiten evaluar y llevar a cabo un enfoque previo a los cursos universitarios en Univ-Ab, constituyéndose así como una herramienta para aprendizaje formal, luego de su acreditación y que, en algunos casos, evoluciona para asistir a un nivel de educación superior.

Palabras-clave: MOOC, aprendizaje a distancia, Universidad abierta.

INTRODUÇÃO

A última crise vivida pela República de Angola data de, há cerca de, uma década, quando se assistiu, então, a um fenómeno de descontentamento popular, quase generalizado, pelas fracas condições de vida da população. Em 2015, e desde meados do ano de 2014, uma nova crise foi despoletada, pois que os produtos petrolíferos constituem, ainda e maioritariamente, a grande moeda de troca de Angola, para com o Mundo.

No início do mês de Agosto de 2015, o País vivenciou um período de indefinição, uma vez que havia a perspectiva, muito real, de os altos quadros expatriados abandonarem, em massa, a República, numa “fuga” de cérebros apenas comparável à, então, verificada nos idos anos de 1974/76 do século, aquando da independência angolana. A situação de agora verificou-se, devido à escassez de moeda estrangeira (dólares) no mercado nacional, fruto exactamente da queda generalizada do preço do barril de petróleo, nos mercados internacionais, mormente na praça de Londres, a qual serve de referência à matéria-prima angolana.

Desde várias décadas, Angola vem necessitando do apoio, muito substancial, de quadros cubanos, os quais vêm permitindo o normal funcionamento de hospitais, escolas (de todos os níveis de ensino), ministérios, centros de investigação, fazendas, algum comércio mais especializado etc., o que vem disfarçando (um pouco) a falta de qualidade do Ensino angolano.

Dir-se-á que o país atravessará uma crise económica, financeira e cambial – portanto de números –, consoante o preço do barril de petróleo atinja valores maiores ou menores. Deve, contudo, realçar-se que, já nesta última década, Angola e Nigéria têm alternado posições, como principal produtor de petróleo do continente. Ainda assim, esta crise é, igualmente, de crescimento, já bastante acentuado no próprio contexto mundial, a pesar do seu claro desaceleramento actual, até à recessão. Reclama-se, deste modo, uma mais eficaz e eficiente racionalização dos seus recursos (naturais, financeiros, materiais, logísticos e humanos).

Como é, também, de uma crise de crescimento que se trata, a esmagadora maioria dos angolanos, independentemente do seu género, idade, credo religioso, ideologia política ou outra forma de distinção, julga a realização de um curso superior como via – praticamente única – para melhorar a sua delicada condição sócio-económica e, assim, poder “fugir” de uma pobreza, que afecta milhares de angolanos pouco alfabetizados, num país, onde o salário mínimo nacional ronda os 20 mil kwanzas, embora a inflação mensal se tenha tornado mais controlada, segundo os últimos indicadores do Banco Nacional de Angola (BNA). Neste sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES) são, cada vez mais, chamadas à resolução dos principais problemas da sociedade, como agentes educativos de base empreendedora e matriz de inovação, desenvolvimento e extensão, na busca de soluções para o desenvolvimento, nos desafios inerentes a uma universidade moderna, actual e actuante.

A formação de quadros de nível superior constitui, aliás, um alto desígnio da Nação, estando inscrita em diversos documentos orientadores, tais como o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013/17 e o actual 2018/22, enfatizando o privilégio pelo desenvolvimento humano ou a própria Estratégia Angola 2025, por exemplo, como instrumentos macro mais significativos, nas suas quatro dimensões do fenómeno educativo: (1) Dimensão Pedagógica; (2) Dimensão Tecnológico-Científica; (3) Dimensão Ética e (4) Dimensão Social, tal como refere Figueiredo (2009). No entanto, a “equação” afigura-se como sendo de muito difícil resolução, uma vez que o número de candidatos ao Ensino Superior é, ano após ano, invariavelmente, muito superior ao número de vagas – muito embora, devido aos efeitos da crise económica, se note um certo desaceleramento na procura –, num claro desequilíbrio entre oferta educativa e procura, por parte dos candidatos aos cursos ministrados pelas IES em Angola. Assim, no sentido de se obstar a esta situação problemática decorreu, desde 2014, um estudo de caso pioneiro em Angola, concretamente na Escola Superior Politécnica de Malanje (ESPM), centrado numa experiência com três modalidades de ensino: Ensino à Distância (EaD), Ensino Semi-Presencial (ESP) e Ensino Presencial (EP). A Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB) teve, igualmente, a sua quota-parte de participação, na experiência já referida, nomeadamente através da orientação à distância, de alunos nos trabalhos de fim de curso.

A questão investigativa de partida “entroncou”, precisamente, naquela problemática, traduzindo-se na seguinte questão:

Poderá existir, em Angola, um Ensino Superior de qualidade, com recurso à modalidade de Ensino à Distância (EaD)?

As muitas dúvidas prendem-se com a qualidade do próprio EP em Angola, conforme já se referiu. Repare-se que integrar a lista das 10 melhores IES africanas constitui um alto desiderato do próprio Presidente da República.

Em Angola, apenas o Ensino Presencial (EP) era reconhecido e aceite, até ao dia 07 de Outubro de 2016, altura em que foi publicada a nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 17/16, de 07 de Outubro), a qual fez apelo explícito, como modalidades diferenciadas de ensino, à Educação a Distância, ao Ensino Semi-Presencial, Ensino Especial e, ainda, à Educação Extra-Escolar, para além, claro, do Ensino Presencial, como regra. Todavia, foram necessários mais alguns anos, até serem finalmente regulamentadas essas modalidades de ensino diferenciado, através do recente Decreto Presidencial n.º 59/20, de 03 de Março.

O estudo de caso que decorreu na ESPM, cujos resultados preliminares foram apresentados publicamente, no *I Congresso Internacional de Artes e Comunicação*, promovido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal), de 18 a 20/05/2015, posteriormente, na *I Conferência Internacional sobre o Papel da Universidade em Tempo de Crise*, que teve lugar na Faculdade de Medicina de Malanje, no dia 16/10/2015, assim como no ano seguinte, numa fase mais adiantada da pesquisa, de 25 a 27/01/2016, na *Conferência da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, no Centro Cultural de Belém e na Universidade Lusófona (Portugal). Em seguida, de 04 a 05/02/2016, foram apresentados nas *X Jornadas do Centro de Investigação em Artes e Comunicação*, da Universidade do Algarve (Portugal), que teve como objectivos gerais os seguintes:

1) Compreender a importância do EaD, por comparação ao EP, no sucesso escolar dos alunos, tendo como objectivos específicos: ilustrar o que se entende por EaD e EP; Reconhecer o(s) mérito(s) da sala de aula; traduzir o efeito “sala de aula”; expressar as

relações existentes entre professor/aluno, no processo de ensino-aprendizagem; representar ambos os ensinos (EaD e EP).

2) Avaliar quais os melhores protocolos, em termos de eficácia e eficiência, a serem implementados no EaD, tendo como objectivos específicos: Desenvolver um projecto de documentação visual dos conteúdos; Formular hipóteses investigativas; Argumentar teorias; Validar estudos que se apliquem ao contexto angolano; Verificar a especificidade do contexto angolano; Propor relações entre “sala de aula real” e “sala de aula virtual”; Contrastar método de ensino tradicional ao método de ensino à distância e Comparar os resultados do EaD aos do EP.

Contexto

O Ensino Superior, na província de Malanje, iniciou-se no ano de 2009, através do Decreto n.º 05/09, de 07 de Abril, que permitiu a deslocalização e descentralização da Universidade Agostinho Neto (UAN), até então única IES pública da República de Angola, criando-se sete Regiões Académicas – actualmente oito – (Luís, 2013; Kose, 2015). Com a entrada em vigor desta importante legislação, nesse mesmo ano (2009), entrou em funcionamento, na IV Região Académica – que engloba as províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje – a Faculdade de Medicina de Malanje, como Unidade Orgânica afecta à Universidade Lueji A’Nkonde (ULAN). Dois anos mais tarde, já em 2011, surgiu no panorama da extensa província malanjina a então denominada Coordenação dos Cursos de Licenciatura em Ciências da Educação, dando origem a actual ESPM, com os cursos bi-etápicos (Bacharelato + Licenciatura) de Pedagogia e de Ensino da Matemática, inicialmente. A ESPM começou por funcionar no antigo Liceu Sagrada Esperança, numa coabitação com a Faculdade de Medicina, detentora do espaço. Cerca de dois anos passados, tornou a partilhar instalações, desta vez com a Escola Amílcar Cabral, Instituição de Ensino Médio. Novamente, cerca de dois anos decorridos, a ESPM voltou a mudar de instalações, desta vez ocupando duas escolas primárias construídas de raiz e colocadas à sua disposição pelo Governo Provincial de Malanje, agora já sem partilha com outras instituições. Esta nova “casa” da ESPM possui dezasseis salas de aula, com uma lotação máxima de quarenta e cinco estudantes, cada, entretanto, a Instituição cresceu e, em dois períodos (laboral e pós-laboral), alberga já cinco cursos e mais de dois mil alunos, pelo que

as insuficiências logísticas constituem um facto que, a cada ano, é agravado. Futuramente, os anseios da província almejam possuir ainda mais cursos, a pesar da exiguidade das instalações.

No entanto, se se quiser falar em EaD, como forma de ajudar a resolver o problema do elevado número de estudantes *versus* reduzido número de salas de aula deve entender-se primeiramente que, na actualidade, alguns alunos já o praticam, embora inconscientemente, pois que, por motivos profissionais e outros pessoais, vêm-se muitas vezes privados da frequência às aulas, solicitando justificação de faltas e, conseqüentemente, acessando às provas de frequência (parcelares) e de exame. Sucede que todo o EaD é concebido como uma forma autodidáctica e individual do aluno obter informação e, mais tarde, conhecimento, assente numa determinada lógica ou estratégia comunicacional, entendendo-se por comunicação a “[...] passagem do individual ao comum. A palavra latina que lhe deu origem, *communis* (significa “comum”), sugere-nos [...] que só há comunicação quando a informação tem um significado comum para [...] emissor e receptor” (Parafita, 2012: 22). Se por “emissor” se designar o professor e por “receptor” o aluno, Sangrà Morer (2004) exorta aqueles a explorarem mais o potencial pedagógico das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nomeadamente no processo de ensino-aprendizagem, até porque como constatou Morgado (2004), apoiada nos estudos de Keegan (1996), o EaD baseia-se na separação de dois actos: o de ensinar, por um lado, e o de aprender, por outro, mediados pela tecnologia. E é precisamente aqui, na tecnologia, que o acto se torna mais fragmentado, podendo encarecer financeiramente todo o processo, uma vez que se distribui por diversos actores, desde logo o consultor científico (como o criador dos conteúdos), mas igualmente os tecnólogos educativos (pedagogos), os *designers* dos sistemas (plataformas) e, ainda, o(s) tutor(es). Porém, Manuel (2014: 13), baseado em Lima & Capitão (2003), Singh (2003) e Marques (2011) alerta que “apesar do crescimento vertiginoso dos cursos em regime de *e-learning*, tem-se verificado que grande parte deles consiste na transposição para o ensino a distância *online* dos conteúdos preparados para o ensino presencial”, o que poderá desvirtuar esta modalidade de ensino e, quiçá, poder ser esta uma das suas fragilidades e causa do elevado abandono, por parte dos alunos.

Dentro da modalidade de EaD existem diversas outras sub-modalidades, sendo que, hoje em dia, a mais utilizada em todo o mundo, beneficiando dos avanços frequentes das TIC, será precisamente o *e-learning* que pode apresentar os conteúdos de modo visual, sonoro ou ambos, combinando-os normalmente com recurso a uma boa ligação à *internet*, pressupondo desde logo adequadas condições (tecnológicas, financeiras e educacionais). Ainda assim, segundo Sangrà Morer (2004), devem distinguir-se três tipos de modelos pedagógicos: (1) Centrado no Professor; (2) Centrado no Aluno e (3) Centrado nos Recursos.

Portanto, o “poder absoluto”, atribuído à sala de aula, enquanto ambiente propiciador de novas aprendizagens e conhecimentos pode e deve ser (re)pensado e, mesmo, questionado, como o fez, por exemplo, Libâneo (1994), ao valorizar a sala de aula, sim, como meio educativo, mas com a estrita finalidade de formar e enformar as qualidades positivas e de personalidade dos alunos. Numa outra linha de pensamento, porventura aprofundando um pouco mais a questão, Piletti (2010: 242) afirma que “[...] a sala de aula é somente um quartel-general para a aprendizagem, e quanto mais entrarem nela experiências da vida [...], tanto melhor para a aprendizagem”, o mesmo acrescentando, mesma página e fonte, que “a sala de aula é o lugar em que a aprendizagem é apenas organizada de modo a tornar-se livre em outros ambientes”. Então, poderá inferir-se do atrás enunciado que a sala de aula não constitui esse um lugar de exceção, conforme lhe é atribuído. O simples facto de aí se estar, fisicamente, poderá ter o mesmo valor, para a aprendizagem, tal como o inverso. O documento-vídeo (vulgo documentário) da sala de aula deverá enformar a segunda questão com que o investigador deverá preocupar-se, entrando-se na discussão do “presencial” e do “não presencial” ou, ainda, do “semi-presencial”. Para Amante, Mendes, Morgado & Pereira (2008), citando Morgado (2004), a sala de aula virtual possui um espaço, tempo e contornos sociais muito diferenciados da sala de aula presencial, ganhando esta na sua dimensão sócio-morfológica, mas perdendo para aquela, em larga escala, no binómio espaço-tempo. Por outro lado, Levy (1999) explica, citado pelos mesmos autores e na mesma obra, que:

[...] nas comunidades virtuais de aprendizagem o vínculo social é construído através da relação com o conhecimento. Se um aluno não participar nas aulas presenciais, isso pode ser notado, mas não é por isso que deixa de se sentir aceite ou pertencente àquele grupo/turma, já que existem outros contextos de interacção

extra-aula. Numa comunidade virtual de aprendizagem, não participar ou participar pouco nas actividades significa não se tornar visível, ou seja, significa não se integrar naquela comunidade de aprendizagem. E é através da participação nos foruns, nos *chats* etc., que o estudante virtual assume uma identidade dentro daquele grupo e adquire o sentimento de pertença ao mesmo. (Amante, Mendes, Morgado & Pereira, 2008: 107-108)

Entretanto, “cada vez mais tomamos consciência de que ensinar e aprender, hoje, é algo que não se circunscreve a um espaço e a um tempo determinados” (Amante, Mendes, Morgado & Pereira, 2008: 106). Querirá isto significar que, num passado já bastante remoto e completamente ausente das novas TIC, se privilegiavam, em demasia, duas variáveis (tempo e espaço), assumindo-se que eram dependentes da sala de aula física, enquanto esta seria a variável independente.

Ainda assim, Libâneo (1994) atribui à sala de aula convencional, física, a via indirecta de percepção do conhecimento, por oposição à via directa da observação/experimentação *in loco*, variada e obviamente mais rica, mas igualmente menos frequente, por variadíssimas razões. Entra-se, aqui, naquilo a que a Lei n.º 17/16, de 07 de Outubro designa por “Educação Extra-Escolar”, como outra modalidade de ensino, transversal a todos os subsistemas de ensino angolano. No mesmo sentido, também Freire (2011: 75) alertava:

Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de *estudar por estudar*. De *estudar* descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele.

O papel do professor jamais poderá ou deverá ser alienado ou sequer negligenciado, contudo, poderá vir a ser potenciado, através do conceito de uma Pedagogia dos *Media*, atinente às novas TIC, conforme o refere Reia-Baptista (2008, 2009). Esta Pedagogia dos *Media*, segundo este autor, inclui imprensa, rádio, cinema e televisão e pressupõe três (3) dimensões-chave, naquilo a que se designa pelos 3C: (1) Dimensão Cultural; (2) Dimensão Crítica e (3) Dimensão Criativa, em vez da “[...] recepção meramente perceptiva, consumista e alienatória, assente em mecanismos de referenciação automática [...]” (Reia-Baptista, 2009: 389), tão comum no ensino presencial. Deste modo, as pessoas tornam-se mais activas na apropriação que farão dos conteúdos pedagógicos ou didácticos e menos passivas.

Este conceito de Pedagogia dos *Media* liga-se a um outro: o de literacia dos *Media* que, como identifica Reia-Baptista (2009: 386), “um dos principais problemas neste contexto [referindo-se o autor aos fenómenos de ensino-aprendizagem] de explicitação informativa é o da credibilidade dos conteúdos e das suas fontes, designadamente [...] na *internet*”. Mas, muitos estudantes (já hoje em dia) assumem a aprendizagem como centrada em si mesmos, numa espécie de auto-ensino, muito próximo da heutagogia, quando realizam aleatoriamente as suas pesquisas nos motores de busca da *internet*, desconhecendo a credibilidade, assim como as motivações dos autores de tais conteúdos, numa forma – também ela – de EaD, apesar de muito involuntário e incipiente.

METODOLOGIA

A metodologia, seguida neste estudo empírico, passou por uma abordagem mista, tanto qualitativa, através do uso de entrevistas semi-estruturadas a informantes-chave como, também, pela observação-participante. Do ponto de vista quantitativo, baseou-se na análise aos questionários e na informação estatística consultada, avaliando-se assim os resultados obtidos na experiência, com base nas técnicas e nos instrumentos de pesquisa.

Avaliadas, inicialmente, as condições sociais da amostra, verificou-se que todos os alunos dispunham de telemóveis de média/alta gama, mas a maioria não dispunha de “ferramentas” do tipo computador, *tablet* ou, mesmo, *internet*. Assim, era necessário fornecer-lhes os conteúdos programáticos não da maneira tradicional europeia ou americanizada, com recurso a sofisticadas plataformas de *e-learning*, que permitem os modos síncronos (de vídeoconferência, *chat* etc.) e assíncronos (de *e-mail*, vídeos, *posts* etc.), como se verifica nas regiões do mundo mais avançadas, mas sim de formas mais heurísticas. Assim, com esses dados preliminares, o investigador optou por registar em três vídeos, com a duração de oito e quinze minutos, cada um (dois deles com quinze minutos), passíveis de serem lidos nos telemóveis dos aprendentes, os conteúdos da disciplina de Documentação e Informação, do curso de Pedagogia, utilizando-os na formação de três grupos de análise: (1) Turmas de Intervenção (TI) e (2) Turma de Controlo (TC). Dentro destas, as duas TI foram subdivididas entre aquelas que apenas tiveram acesso aos vídeos das aulas e ao *Power Point* (TI₁: correspondendo à Turma à Distância) e as que, para além

destes materiais tiveram também acesso às aulas presenciais (TI₂: correspondendo à Turma Semi-Presencial). A TC (Turma Presencial) teve acesso unicamente às aulas, sem qualquer outro tipo de intervenção.

RESULTADOS

A sala de aula virtual – que se deve caracterizar pela comodidade, distância e partilha e, da qual, diversos autores abordam, com maior ou menor entusiasmo – não pode, porém, ser implementada (ainda) no actual contexto da República de Angola; pelo menos, ao nível das províncias do interior, onde os serviços de *internet* para além de serem bastante caros para o consumo corrente dos cidadãos são, igualmente, de muito difícil acesso, com faltas (frequentes) de electricidade e baixas de rede. O que fazer, então, nestas circunstâncias?

Os resultados obtidos e, de certa forma, já esperados, traduzem uma dificuldade da Turma à Distância. Porém, os mesmos resultados fazem também crer, que, apesar de todas as dificuldades, é possível obter-se sucesso educativo, através do EaD, eventualmente, melhorando os materiais colocados à disposição dos alunos e incrementando nestes novas mentalidades ou filosofias de trabalho, porque esta modalidade de ensino é, substancialmente, mais exigente para o aluno, contrariamente às suas expectativas iniciais, levando-o a um maior esforço de procura e conjugação da informação, por via de visitas às bibliotecas, aos arquivos, aos museus, reuniões com especialistas, trabalhos de grupo etc.. E é esta esperança, de sucesso educativo, que “alimenta” os MOOC, do inglês *Massive Open Online Course* – em português Curso em Linha Aberto e Massivo – na extensão universitária, da Universidade Aberta (Univ-Ab), de Portugal. Esta instituição de ensino superior público, fundada em 1988, assenta o seu modelo de ensino-aprendizagem na modalidade a distância, possuindo alunos nos cinco continentes, em três níveis de estudos: licenciatura, mestrado e doutoramento. Apesar da sua sede se localizar em Lisboa, a instituição possui, actualmente, dezanove Centros Locais de Aprendizagem (CLAs), estando dezoito dos mesmos espalhados pelo território português e um outro em Maputo, capital de Moçambique. Os CLA são, como o próprio nome indica, núcleos locais de apoio ao ensino ministrado pela Univ-Ab, especialmente vocacionados para a promoção de actividades de aprendizagem ao longo da vida, os quais resultam da criação de parcerias

com a sociedade civil, procurando assim o desenvolvimento de intervenções sócio-culturais e educativas, enquadradas nas dinâmicas territoriais locais, de acordo com as especificidades da respectiva área de influência. Também Malanje teve, entre 2016 e 2017, a pretensão de acolher um dos CLA da Univ-Ab, designadamente na sua Biblioteca Provincial. Esta ideia empreendedora, *quiçá* “peregrina”, resultava dos factos da missão bibliotecária enquadrar-se perfeitamente no apoio ao ensino, para além das extraordinárias condições infraestruturais da sua novel Biblioteca Provincial, um equipamento grandioso e emblemático da cidade, mas que vai definhando, essencialmente, pelas exíguas dotações orçamentais, que recebe dos orçamentos provinciais. Então, uma das soluções, com vista a mitigar-se esse problema da sua sustentabilidade financeira, poderia ser através do “alojamento” de uma IES vocacionada especificamente para o EaD.

Será bom lembrar que a primeira “geração” do EaD ocorreu ainda em meados do século XIX, quando diversos cursos técnico-profissionais foram disponibilizados ao público, principalmente na América do Norte e Europa, usando-se, para o efeito, material didáctico impresso, designamente cópias em suporte papel, entregues pelos serviços de correio (via postal). Dos anais da história do EaD, conta-se que, o primeiro programa a ser desenvolvido especificamente para o Ensino Superior, foi o da Universidade de Londres, em 1858, com o claro objectivo de atender os estudantes do império britânico, espalhados pelos cinco continentes. Logo a seguir, a Universidade de Chicago, nos EUA, lançou o seu próprio sistema e modelo de EaD, tendo por “alvo” as comunidades mais remotas do interior do seu próprio país.

As subsequentes “gerações” tecnológicas de EaD foram sendo a rádio (aproveitando as capacidades sonoras), o cinema (som e imagem), a televisão (telescola que hoje ressurge em vários países e que, por exemplo, em Portugal foi sendo encerrada paulatinamente, até ao final da década de 80, do século passado, município a município, nos seus 308 municípios) e, na actualidade, a *internet*, estendendo o acesso à informação e ao conhecimento a todos quantos pretendam dar um incremento às suas carreiras, a partir de novas aprendizagens, ainda que distanciadas no tempo e espaço.

Não obstante, a primeira Universidade Aberta do mundo surgiu no Reino Unido, através da criação da *Open University* (UKOU). Em Portugal, a Universidade Aberta

(Univ-Ab) surgiu apenas, quase, 20 anos depois, em 1988. Já no Brasil, outro exemplo, o admirável advento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) só foi possível de ser implantado ainda mais tarde, só em 2006.

Retornando aos MOOC, os mesmos possuem todos os atributos para se tornarem os “expoentes máximos” da extensão universitária, uma vez que esta deve representar todo o *cluster* da instituição, permitindo-lhe aferir e realizar uma pré-abordagem aos seus cursos superiores ou outros que a comunidade pretenda, constituindo-se então como uma ferramenta de aprendizagem formal, após a sua creditação e que, em alguns casos, evolui posteriormente para a frequência de um nível de estudos superior.

À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusões, é mister referir que nenhum Sistema Educativo é perfeito, conseguindo responder, a cem por cento, às questões tão pertinentes quanto as do sucesso educativo ou ao abandono escolar precoce/ desistência escolar; ou, ainda, mesmo ao rácio entre o número de vagas disponíveis em cada IES e o número de candidatos.

Ainda assim, no final da experimentação, que ocorreu em Malanje e no Bengo, contribuiu-se para a abertura do debate em torno do EaD, o qual (no passado) foi sendo, invariavelmente, “diabolizado” em Angola, até se chegar à Lei n.º 17/16, de 07 de Outubro e, mais recentemente, ao Decreto Presidencial n.º 59/20, de 03 de Março.

Mas, para que o EaD possa constituir-se como uma boa solução e possa ser implementada, sem preconceitos, na província e no país, terá de se impor uma vigilância apertada a esta modalidade de ensino, até porque o objectivo final será sempre o da qualidade na formação de quadros superiores de Angola, a exemplo do que já sucede no mundo inteiro, com equipas pluridisciplinares que incluem professores, informáticos e bibliotecários, como mediadores do processo de ensino-aprendizagem.

Do estudo em causa, poderá igualmente concluir-se que é nefasto seguirem-se “cega” e unilateralmente os modelos de EaD de outros países, nomeadamente de países mais avançados, onde as condições locais permitem que cada aluno tenha o seu próprio equipamento: computador e/ou *tablet* e adequado serviço de *internet*, o que ainda não se

verifica na generalidade das províncias angolanas. Se tal for realizado, ou seja, uma adequação das condições sociais, financeiras e tecnológicas, à realidade angolana, poderá até pensar-se, num futuro não muito distante, em Angola criar a sua própria Universidade Aberta, podendo então chegar a todo o território nacional e transnacional, com a captação de alunos internacionais, sendo esta uma outra forma, criativa, de diversificação da economia angolana, pois que, não existirão muitas razões claras e objectivas, para que um estudante brasileiro, português, moçambicano, cabo-verdiano, guineense, são-tomense ou timorense não possa realizar uma licenciatura em História de Angola ou Engenharia dos Petróleos, por exemplo, estando no seu país, mas matriculado numa IES angolana, desde que esta possua os CLA necessários, nesses países, realizando aí todas as suas provas, como acontece já com a Univ-Ab de Portugal.

REFERÊNCIAS

- Amante, L., Mendes, A. Q., Morgado, L. & Pereira, A. (2008). Novos contextos de aprendizagem e educação *online*. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (42-3), p. 99-119. Recuperado de: hdl.handle.net/10316.2/4725. Acessado em 23 de Agosto de 2015.
- Decreto n.º 05/09, de 07 de Abril. *Diário da República n.º 64 – I Série*. Conselho de Ministros. Luanda.
- Decreto Presidencial n.º 158/15, de 17 de Agosto. *Diário da República n.º 116 – I Série*. Presidente da República. Luanda.
- European Council of Information Associations (2005). *Euro-Referencial I-D*. Lisboa: Edições INCITE.
- Figueiredo, A. D. (2009). Estratégias e modelos para a educação Online. In G. B. Miranda (org.). *Ensino Online e Aprendizagem Multimédia*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Kose, F. J. (2015). *A ética Docente no Ensino Superior: Um estudo de caso na Universidade Lueji A'Nkonde*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Educativas, Portugal.

Lei n.º 17/16, de 07 de Outubro. *Diário da República n.º 170 – I Série*. Assembleia Nacional. Luanda.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Cortez Editora.

Luís, M. P. A. (2013). *Contribuições para a Estruturação de um Sistema de Gestão Ética e de Responsabilidade Social aplicado à Biblioteca da Escola Superior Politécnica de Malanje*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, Portugal.

Manuel, E. J. (2014). *Integração de um Modelo de Aprendizagem em Blended-Learning no Curso de Informática Educativa, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (7.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.

Morgado, L. (2004). Os novos desafios do tutor a distância: O regresso ao paradigma da sala de aula. *Discursos*, (1), p. 77-89.

Parafita, A. (2012). *Antropologia da Comunicação*. Lisboa: Âncora Editora.

Piletti, C. (2010). *Didática geral*. (24.ª ed.). São Paulo: Editora Ática.

Reia-Baotista, V. (2008). Conceitos e processos formativos de pedagogia e literacia dos Media. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (42-2), p. 65-77. Recuperado de: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2671/1/1237-3397-1-PB.pdf>. Acessado em 02 de Julho de 2015.

Reia-Baotista, V. (2009). Literacia dos média como resultado de multi-aprendizagens multiculturais e multimidiáticas. In: G. B. Miranda (Org). *Ensino Online e aprendizagem multimédia*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

República de Angola. Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento: 2013-2017*.

Sangrà Morer, A. (2004). La educación a distancia como factor clave de innovación en los modelos pedagógicos. *Discursos*, (1), p. 15-22.

*Recebido em 30 de Maio de 2019
Aceite em 30 de Julho de 2019
Publicado em 20 de Maio de 2020*